



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE**

LICENÇA DE OPERAÇÃO

Processo nº 2004/2018

L.O. nº 002

Ano: 2019

Data de Expedição: 25 de janeiro de 2019

Licença anterior: R.L.I: 001/2017

O Município de Maracaju/MS, através da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE - SEDEMA, do termo de cooperação técnica, nº. 013/2010, celebrado com o INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL/MS, vinculada à SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR - SEMAGRO, de acordo com a LEI COMPLEMENTAR Nº. 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011, que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, **EXPEDE** a presente **LICENÇA DE OPERAÇÃO**, que autoriza a:

Requerente: Agência Estadual de Gestão de empreendimentos - AGESUL

CPF/CNPJ: 15.457.856/0001-68

Endereço do empreendimento: Prolongamento da Rua Germano Bellan, S/N

Município: MARACAJU/MS

CEP: 79.150-000

UF: MS

Bacia Hidrográfica: Rio Paraná/Rio Ivinhema **Corpo Receptor:** Córrego Montalvão

Área Ocupada: 1664,08 m²

Área total: 49438,08 m²

Atividade: 7.29.1- SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO – CONTEMPLANDO ELEVATÓRIA, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO – ETE E EMISSÁRIO

Capacidade: 50 L/S

Coordenada S: 21° 37' 10,85"

Coordenada O: 55° 07' 36,38"



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE
Condicionantes Específicas:

1. Esta Licença autoriza a Operação da Estação de Tratamento de esgoto – ETE, contemplando elevatória e emissário, com capacidade de 50 l/s autoriza a operação do tratamento preliminar (grades, desarenador e calha Parshall), reator anaeróbio, filtro biológico, decantador secundário para tratamento das águas residuárias. O referido empreendimento está instalado no Prolongamento da Rua Germano Bellan, na zona rural do município de Maracaju/MS, acondicionado adequadamente conforme as Resoluções do CONAMA;
2. O empreendedor deverá apresentar anualmente a SEDEMA os relatórios das análises físicas, químicas e biológicas devidamente assinadas pelo técnico responsável, promovendo comparativo entre as eficiências alcançadas e projetadas. Os relatórios devem ser:
 - a. Da ETE (Os efluentes tratados da ETE, bem como, o corpo hídrico receptor deverão ser monitorados de acordo com as Resoluções do CONAMA 357/2005 e 430/2011);
 - b. Do Corpo Hídrico Receptor (Para verificação das condições sanitárias e ambientais do corpo d'água que recebe os efluentes da ETE, sendo assim o corpo receptor deverá ser monitorado a montante e a jusante dos lançamentos, de acordo com as Resoluções do CONAMA 357/2005 e 430/2011).
3. Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste projeto deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental;
4. Fica proibida a destinação dos resíduos Classe I, considerados como Resíduos Perigosos segundo a NBR 10.004/04, em lixões, bota-fora e/ou aterros sanitários, devendo o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente;
5. O empreendedor deverá apresentar a SEDEMA anualmente, o relatório de gerenciamento do lodo gerado na ETE, indicando a produção, armazenamento, tratamento e destinação final;



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE**

6. O lodo deverá ser transportado em caminhões habilitados para tal fim e devidamente cobertos;
7. Fica proibido o armazenamento do lodo diretamente ao solo;
8. Qualquer problema que vier a ocorrer no sistema de tratamento de efluentes, inclusive geração de odores e ruídos, será de responsabilidade do empreendedor;
9. O empreendimento deverá assegurar condições mínimas de emissão de odores, sugere-se que seja adotado o sistema de cortina vegetativa no perímetro da ETE, que visa contribuir para a minimização dos odores gerados pelos processos de tratamento de esgoto e o surgimento de vetores;
10. Fica proibida a emissão de substâncias odoríferas que possam causar incômodo à vizinhança, bem como a emissão de material particulado e queima a céu aberto de resíduos de qualquer natureza dentro da área do empreendimento ou de terceiros;
11. A implantação do referido empreendimento bem como a adoção de todos os equipamentos de segurança necessários, deverão atender a legislação vigente e serem executados de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas técnicas – ABNT;
12. Todas as atividades deverão ser executadas a uma distância mínima de 200 (duzentos) metros de corpos hídricos;
13. As vias de acesso ao local deverão ser mantidas em boas condições de uso;
14. Empreendimentos geradores de efluentes líquidos, efetiva ou potencialmente poluidores de águas de domínio do estado de MS, ficam notificados a apresentarem, até o dia 31 de março de cada ano. A declaração de carga poluidora referente ao ano civil anterior, considerando as indicações contidas na resolução CONAMA Nº 357/2005 e nº 430/2011, conforme dispõe a resolução SEMAC nº 29/2011;



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE**

15. Não é permitido a descarga de esgotos sem o devido tratamento no solo, galerias de águas pluviais e/ou cursos d'água, nem o direcionamento de águas pluviais ao sistema de coleta e transporte de esgotos sanitários, cabendo ao empreendedor a fiscalização;
16. O empreendedor deverá acondicionar os resíduos do gradeamento em receptáculos que sejam mantidos fechados e destinar adequadamente o mesmo;
17. O empreendedor deverá realizar periodicamente manutenção preventiva e corretiva no sistema, para evitar entupimentos, extravasamentos e falhas no funcionamento de equipamentos;
18. Se ocorrer algum tipo de extravasamento, o empreendedor deverá encaminhar um relatório a SEDEMA, descrevendo o período, a duração, procedimentos adotados para anular as causas da ocorrência e procedimentos adotados para neutralizar os impactos sobre o meio ambiente.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE
Condicionantes Gerais:

1. Esta Licença não isenta o empreendedor de cumprir as formalidades legais junto aos órgãos federais, estaduais ou municipais;
2. A eficiência do Sistema de Controle Ambiental – SCA é de responsabilidade exclusiva do empreendedor e do responsável técnico pelo projeto/execução;
3. A Coordenadoria Municipal de Política Ambiental (COOPAM), reserva-se o direito de a qualquer momento e de acordo com as normas legais, exigir melhorias e/ou alterações na operacionalização do Sistema de Controle Ambiental;
4. Qualquer alteração na Titularidade e/ou Razão social da empresa deverá ser comunicada imediatamente a Coordenadoria Municipal de Política Ambiental (COOPAM);
5. Qualquer alteração, ampliação e/ou diversificação da atividade deverá ser previamente licenciada pela Coordenadoria Municipal de Política Ambiental (COOPAM);
6. Esta Licença deverá permanecer em lugar visível do empreendimento, para efeito de fiscalização dos órgãos do SISNAMA;
7. A concessão desta Licença deverá ser publicada no diário oficial do estado e em periódico de circulação local/regional, a partir de sua assinatura, conforme Resolução CONAMA N°006 de 24 de janeiro de 1986, observando o princípio da publicidade. Os referidos editais de publicação deverão ser enviados a esta coordenadoria em 15 dias, sob pena de suspensão desta Licença;
8. Mediante decisão motivada esta Licença poderá ser suspensa e/ou cancelada, sem prejuízo da adoção das outras medidas punitivas administrativas e judiciais, quando ocorrer:
 - I – Violação ou inadequação de qualquer das condicionantes acima descritas ou normas legais;
 - II – Omissão ou falsa descrição das informações relevantes que subsidiaram a expedição desta Licença;
 - III- Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE**

PRAZO DE VALIDADE DA PRESENTE LICENÇA: 06 ANOS (a partir da data de sua assinatura).

Maracaju, 25 de janeiro de 2018



Pedro Rafael Ribeiro Pessatto
Secretaria De Desenvolvimento Econômico E Meio Ambiente

